ECOSSOCIOECONOMIAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM IGUALDADE DE GÊNERO: O CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA REGIÃO DO PIEMONTE DA DIAMANTINA – COOPES (ESPAÇOS E DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA, ETNIA E DIVERSIDADE)

Leonardo Afonso Brusamolin Jr
Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) | lbrusamolin@furb.br

Luciane Cristina Ribeiro dos Santos
Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS)| lucianeribeirocrs@gmail.com

Carlos Alberto Cioce Sampaio
Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) | carlos.cioce@gmail.com

Sessão Temática ST 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: O último Censo Agropecuário de 2017 sinaliza a presença feminina no comando da agricultura familiar e a crescente participação de mulheres em cooperativas representa uma transformação significativa nas dinâmicas de gênero e nas estruturas produtivas em áreas rurais e de manejo de recursos naturais. Contudo, ainda são escassas as investigações que analisam como a predominância feminina afeta a tomada de decisões e a governança interna, bem como os resultados socioeconômicos e ambientais. O presente estudo busca compreender essa lacuna ao investigar as implicações da liderança feminina nesses contextos, oferecendo uma visão das oportunidades e desafios enfrentados. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, complementada pela pesquisa documental em sites da web. O estudo parte do caso da Cooperativa de Produção da Região de Piemonte da Diamantina – BA. Como resultado identificou-se que, apesar da maior participação das mulheres na produção, ainda há o predomínio masculina nos postos diretivos.

Palavras-chave: Cooperativa; Economia Solidária; ODS; Igualdade de Gênero; Licuri.

ECOSOCIOECONOMIES AND SOLIDARITY ECONOMY IN GENDER EQUALITY: THE CASE OF THE PRODUCTION COOPERATIVE OF THE PIEMONTE DA DIAMANTINA REGION – COOPES

Abstract: *The 2017 Agricultural Census highlights the presence of women leading family farming, and the increasing participation of women in cooperatives represents a significant transformation in gender dynamics and productive structures in rural areas and natural resource management. However, research analyzing how female predominance affects decision-making, internal governance, and socioeconomic and environmental outcomes remains scarce. This study aims to address this gap by investigating the implications of female leadership in these contexts, providing insights into the opportunities and challenges faced. The methodology employed was exploratory research, complemented by documentary research on websites. The study focuses on the case of the Production Cooperative of the Piemonte da Diamantina Region – BA. The results indicate that, despite the greater participation of women in production, there is still a male predominance in leadership positions.*

Keywords: *Cooperative; Solidarity Economy; SDG; Gender Equality; Licuri.*

ECOSSOCIOECONOMÍAS Y ECONOMÍA SOLIDARIA EN IGUALDAD DE GÉNERO: EL CASO DE LA COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN DE LA REGIÓN DEL PIEMONTE DE LA DIAMANTINA – COOPES

Resumen: *El último Censo Agropecuario de 2017 señala la presencia femenina al mando de la agricultura familiar, y la creciente participación de mujeres en cooperativas representa una transformación significativa en las dinámicas de género y en las estructuras productivas en áreas rurales y de manejo de recursos naturales. Sin embargo, aún son escasas las investigaciones que analizan cómo la predominancia femenina afecta la toma de decisiones y la gobernanza interna, así como los resultados socioeconómicos y ambientales. El presente estudio busca comprender esta brecha investigando las implicaciones del liderazgo femenino en estos contextos, ofreciendo una visión de las oportunidades y desafíos enfrentados. La metodología utilizada fue la investigación exploratoria, complementada por la investigación documental en sitios web. El estudio se basa en el caso de la Cooperativa de Producción de la Región de Piemonte de Diamantina – BA. Como resultado, se identificó que, a pesar de la mayor participación de las mujeres en la producción, aún predomina la presencia masculina en los puestos directivos.*

Palabras clave: *Cooperativa; Economía Solidaria; ODS; Igualdad de Género; Licuri.*

INTRODUÇÃO

Pega pega

Licuri dendê

Cata pra quebra

Quebra pra cume

Pega pega

Licuri dendê

Cata pra quebra

Quebra pra cume[1]

A canção ecoa nos terreiros da Caatinga, ritmada ao som das pedras, usadas para quebrar os coquinhos do licuri. O grupo de mulheres, sentadas no chão de terra e reunidas em roda, cantam, enquanto beneficiam os frutos que foram recolhidos na jornada de um dia de trabalho. Essa é a rotina das agroextrativistas, moradoras da região do Piemonte da Diamantina, norte da Bahia, em tempos de safra da palmeira. Como outras mulheres quebradeiras de coco, constroem sua identidade coletiva como trabalhadoras rurais, agroextrativistas (Costa, 2018).

O trabalho busca evidenciar a labuta feminina na construção de uma Cooperativa agroextrativista no norte do estado da Bahia na região do Piemonte da Diamantina, a partir do beneficiamento do coco da palmeira Licuri. A cooperativa é composta por 180 cooperados com 70% (126) mulheres e 30% (54) homens.

A sede da cooperativa fica no município de Capim Grosso, norte do estado da Bahia, localizado a 293 km de Salvador, e sua população é de 35.228 habitantes das quais 4.608 desses habitantes são pessoas economicamente ativas, sendo o terceiro maior município da microrregião da Jacobina (IBGE, 2024). A Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (COOPES) nasceu a partir do encontro de 30 mulheres que se uniram com o objetivo de potencializar a utilização do Licuri. A COOPES foi fundada no dia 02 de maio de 2005, pelas produtoras e produtores da Agricultura Familiar que se associaram na defesa dos seus interesses ecosssocioeconômicos e para se libertar da intermediação, muitas vezes espúrias, do comércio. Antes da criação da cooperativa, o quilo de licuri era pago pelo intermediário a R$1,00 o quilo. Atualmente, a cooperativa paga R$ 10,00 o quilo. No ano passado, a cooperativa entregou ao mercado 6 toneladas do produto. A cadeia do produto permite aproveitamento de 100% do fruto e envolve de produtos alimentícios para humanos e não humanos, a substâncias base de produtos para estética e fármacos.

A pergunta de pesquisa que se faz: "De que maneira a predominância feminina em cooperativas agroextrativistas, na qual 70% dos cooperados são mulheres, impacta o

território por meio dos processos de tomada de decisão, divisão do trabalho e resultados obtidos?"

O objetivo do estudo de caso é descrever e analisar uma cooperativa de primeiro grau em relação com o mercado e estabelece relações com o capital, ao mesmo tempo que preserva suas características ecossocioculturais e valoriza a contribuição feminina. Busca-se também identificar o papel da Cooperativa COOPES no fortalecimento da dinâmica territorial.

A pesquisa exploratória, foi realizada por meio de uma revisão sistemática da literatura no Portal de Periódicos da CAPES (Gil, 2008; Markoni e Lakatos, 2011). Além disso, a Cooperativa COOPES foi examinada por meio de um projeto demonstrativo, utilizando o formulário qualitativo de coleta de dados de Sampaio (2019), amplamente empregado pelo Núcleo de Ecossocioeconomia da UFPR. A análise indicou uma lacuna de estudos sobre o Sul Global, com ênfase no Semiárido Brasileiro e no Bioma Caatinga.

Estudos apontam que o envolvimento feminino em cooperativas pode promover maior equidade de gênero, gerar impactos positivos no desenvolvimento socioeconômico das comunidades e contribuir para práticas produtivas mais sustentáveis (Arando et al., 2024; Gérin et al., 2021). Há indicativos que o estado da Bahia é o segundo estado brasileiro, depois do estado de Pernambuco, em que há predominância de mulheres na formação de cooperativas.

Contudo, ainda são escassas as investigações que analisam como a predominância feminina, afeta a tomada de decisões e a governança interna, bem como os resultados ecossocioeconômicos (Arando et al 2024).

O presente estudo busca preencher essa lacuna ao explorar as implicações da liderança feminina nesses contextos, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas de governança mais inclusivas e sustentáveis.

A partir do levantamento das informações, uma análise buscou responder ao problema de pesquisa e permitiu evidenciar as dinâmicas internas da cooperativa, como a participação das mulheres em papéis de liderança, a influência de gênero na organização do trabalho e os impactos sobre a sustentabilidade econômica e ambiental. Além disso, analisa se a estrutura de gênero contribui para resultados diferenciados em termos de equidade e desenvolvimento.

O texto foi estruturado nas seções; Ecossocioeconomia, Economia Social, Economia Solidária. e Cooperativismo; Cooperativismo, ODS e Igualdade de Gênero; na seção O perfil do Trabalhador no estado da Bahia; a seção Mulheres no Cooperativismo e na Agricultura Familiar. Na sequência segue para a apresentação da metodologia Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina –COOPES contextualiza as informações principais sobre a COOPES e resultados e discussões.

ALTERNATIVIDADES DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade pode ser entendida a partir do enfoque de Sachs (1986), que propõe três princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável: (i) crescimento econômico sustentado, que visa a preservação dos recursos básicos para as gerações futuras, (ii) racionalidade social, que busca minimizar mudanças irreversíveis, e (iii) proteção do ambiente físico, focada no impacto das ações humanas sobre a natureza. Elkington (2012), ao abordar o princípio da sustentabilidade, reforça a necessidade de refletir sobre as ações contemporâneas, considerando que muitas delas falham em conter impactos negativos sobre o futuro econômico, social e ambiental. Trata-se aqui das Ecossocioeconomias, Economia Social, Economia Solidária e Cooperativismo.

ECOSSOCIOECONOMIA

O termo ecossocioeconomia antecede ao de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Ele deriva da obra de Karl William Kapp (1950), que criticava a lógica de privatizar lucros de curto prazo enquanto socializa os custos socioambientais de médio e longo prazo (Luzzati, 2005; Sampaio; Alves, 2013). Nesse contexto, Sampaio et al. (2020) destacam que a percepção da sustentabilidade assume uma perspectiva ecossocioeconômica quando as ações são protagonizadas no território, a partir de estratégias de ecodesenvolvimento que concebem o planejamento local e regional. Três princípios guiam essa abordagem: (i) uso integral dos recursos para atender às necessidades da população, preservando o longo prazo, (ii) minimização dos impactos ambientais negativos, promovendo a reutilização dos rejeitos, e (iii) desenvolvimento de tecnologias adaptadas para reduzir os impactos ambientais (Sachs, 1986).

Dessa forma, o enfoque ecossocioeconômico propõe alternativas de bem viver fundamentadas em princípios intergeracionais, focando no impacto que as decisões atuais terão sobre as gerações futuras (Grimm; Alcântara, 2017). Essas práticas, com gênese comunitária não capitalista, promovem uma crítica ao modelo de desenvolvimento tradicional. Como afirmam Grimm e Alcântara (2017), o bem viver e a ecossocioeconomia permitem identificar as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais das comunidades, além de oferecer um novo modo de convivência, “em diversidade e harmonia com a natureza”, que critica substancialmente a própria ideia de desenvolvimento.

O desenvolvimento, portanto, só faz sentido quando associado à preservação da vida e à promoção da harmonia entre seres humanos e natureza, com tecnologias de baixo impacto que garantam equidade, solidariedade e dignidade (Grimm; Alcântara, 2017). Como menciona Polanyi (2021, p.263): “tradicionalmente, terra e trabalho não se separam: o trabalho faz parte da vida, a terra continua a ser parte da natureza. Vida e natureza formam um todo articulado“.

A ecossocioeconomia, enquanto enfoque metodológico-empírico, resgata os "saberes" e "fazeres" da população, permitindo sua incorporação no processo de desenvolvimento

(Grimm et al., 2016). Além disso, a ecossocioeconomia oferece um novo paradigma, que privilegia modelos econômicos alternativos à economia de mercado.

Sampaio et al. (2020) identificam três princípios-chave da ecossocioeconomia organizacional: (i) viabilidade interorganizacional, que se manifesta por meio de redes que rompem com o ciclo materialista e individualista, priorizando arranjos socioprodutivos sustentáveis, (ii) ação extraorganizacional, que beneficia, além dos autores que compõem a rede, o território de atuação, e (iii) extrarracionalidade, que emerge do conhecimento coletivo e das práticas locais, compreendidas dentro de determinado contexto, mas muitas vezes de difícil assimilação fora dele (Sampaio, 2010; Sampaio et al., 2020).

Um ponto a destacar, para Bengoa (2014); Orozco, (2014) e Enriquez (2015) tanto a economia popular, social e solidária quanto a economia feminista convergem em uma crítica à noção formal da economia. Ambas desafiam a racionalidade instrumental que sustenta o conceito do *homo-economicu*[2], um sujeito tido como universal, mas que reflete, na verdade, um perfil restrito: homem, branco, adulto, heterossexual, saudável e de renda média. Essa concepção androcêntrica impede a incorporação de uma perspectiva de gênero nos modelos econômicos construídos sobre essa base.

ECONOMIA SOCIAL

Conforme apresenta Polanyi (2012), a economia não é um sistema autônomo, mas sim moldado por instituições sociais e culturais. Assim, enfatiza o papel das redes sociais e da comunidade na organização da economia.

Economia Social, por sua vez, historicamente constituída como uma resposta plural aos problemas sociais, apresenta-se como uma alternativa ao modelo econômico tradicional, fundamentada em princípios que priorizam o bem-estar das pessoas e a justiça social em detrimento do capital. Sua base está na adesão voluntária e no controle democrático, equilibrando os interesses particulares e coletivos. Além disso, promove a solidariedade, a responsabilidade, a autonomia em relação ao Estado e o uso de seus excedentes para fins sustentáveis e de interesse público. Esses pilares fornecem uma estrutura robusta para a promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e justo (CEP-CMAF, 2002).

Assim, do mesmo modo apresentam Monzón e Chaves (2012) que Economia Social representa um conjunto de entidades privadas organizadas com o propósito de atender às necessidades de seus membros através do mercado, mas diferenciando-se do modelo econômico tradicional pela rejeição da maximização de lucros como objetivo central. Em vez disso, essas entidades priorizam o bem-estar das pessoas sobre o capital e adotam práticas democráticas na tomada de decisões. Seus valores fundamentais incluem a solidariedade e compromisso com o ambiente social e econômico, proporcionando uma alternativa mais humanizada e equitativa dentro das economias de mercado.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia Solidária, emerge como uma ramificação da Economia Social, oferece uma alternativa ao capitalismo ao propor um modelo econômico fundamentado em princípios de justiça, cooperação, reciprocidade e ajuda mútua. Esse modelo coloca as pessoas e o trabalho no centro do sistema, relegando os mercados a uma função instrumental voltada ao bem-estar coletivo (Da Ros, 2007). Se apresenta como uma estrutura econômica ética, cujo objetivo é promover relações humanas e produtivas mais justas e sustentáveis, indo além da lógica de maximização do lucro. A economia solidária também se configura como um movimento que busca transformar as relações sociais, econômicas e políticas, promovendo a cooperação e a solidariedade em todos os âmbitos da vida, desde as famílias e comunidades até as empresas e o Estado, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e equitativa (Hillenkamp et al., 2019).

A Economia Social e Solidária compartilha uma visão substantiva da economia que desafia a supremacia do mercado como meio exclusivo para a satisfação das necessidades humanas, destacando que esse modelo explora tanto as pessoas quanto a natureza para promover a acumulação de capital. Esse sistema, por sua vez, gera pobreza, desigualdade e concentração de riqueza, além de precarizar a vida, agravando as desigualdades quando cruzadas com estruturas como o patriarcado e o racismo. Ambas as abordagens defendem um reposicionamento do papel dos mercados, questionando sua exclusividade na geração de valor. Propõem incorporar outras racionalidades, como a reciprocidade e a redistribuição, por meio de uma perspectiva substantiva (Boronat-Pont et al., 2024).

Em "A Grande Transformação" (2021), Polanyi argumenta que a mercantilização total das esferas da vida, como o trabalho, a terra e o dinheiro, destrói as bases sociais da sociedade, o que abre espaço para alternativas econômicas baseadas na solidariedade e cooperação. O cooperativismo é visto como uma dessas formas alternativas, capaz de reconciliar economia e sociedade ao se organizar em torno de valores comunitários, controle democrático e propriedade coletiva, em oposição à lógica puramente mercantil.

COOPERATIVISMO

Cooperativismo, conforme apresenta Monteggut et al. (2024) tem uma contribuição comprovada na redução da pobreza e na promoção da segurança alimentar, impulsionada por compromissos na produtividade e do compartilhamento de conhecimento entre seus membros. Além disso, a redistribuição racional dos rendimentos gerados pela comercialização de produtos agrícolas reforça o papel dessas organizações na promoção de um desenvolvimento econômico mais equitativo, garantindo benefícios sociais diretos, fixação das populações no meio rural e uma maior resiliência econômica para comunidades vulneráveis.

Para Goddard (2005) as cooperativas constituem instituições democráticas em que todos os membros possuem o mesmo peso de voto quando se reúnem para a tomada de decisões

realizada de modo coletivo. Assim a força da cooperativa se manifesta na sua capacidade de mobilizar os seus membros, ao mesmo tempo que busca acesso aos mercados e o crescimento econômico.

A adesão ao cooperativismo pelos produtores agrícolas, como resposta às assimetrias da cadeia de valor agroalimentar, oferece uma estratégia crucial para reequilibrar a distribuição de valor. Autores como Bijman et al. (2012), destacam o papel das cooperativas na segurança alimentar, promovendo a produção e distribuição de alimentos de forma integrada, "da semente ao prato". A maximização de resultados para seus membros é alcançada por meio da otimização do valor do produto e pela justa redistribuição dos lucros, o que fortalece a resiliência do setor agrícola. Essas cooperativas também enfrentam desafios contínuos em um cenário de mudança ambiental, econômica, social e institucional, conforme apontado por Suess-Reyes et al. (2016).

Atualmente o cooperativismo agrega 3 milhões de participantes no mundo que geram U$ 2,17 trilhões em faturamento, constituem 1 bilhão de cooperados e representam 280 milhões de empregos gerados (OCB, 2024).

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro remontam ao final do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, no Estado de Pernambuco, em 1894. A partir de 1902, surgem as primeiras experiências das caixas rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB, 1996).

Ao longo da primeira metade do século XX, as cooperativas agrícolas no Brasil desempenharam um papel central não apenas em termos de volume de negócios, mas também na disseminação do ideário cooperativista no país. No entanto, a literatura indica que esse ideário cooperativista foi instrumentalizado pelo Estado como um mecanismo ideológico, servindo aos interesses de um regime conservador e autoritário. Isso sugere que o cooperativismo, embora promotor de práticas solidárias, também foi cooptado por forças políticas para manter o controle social e econômico (Silva et al., 2003).

Estudo realizado com base no Anuário do Cooperativismo (2022), apresentou que as Cooperativas geram como benefício: R$ 5,1 mil de PIB por habitante e 28,4 novos empregos por 10 mil habitantes. No Brasil, atualmente, o Sistema OCB são 4.509 cooperativas e 23.452.705 cooperados, dos quais no setor agropecuário são 1.179 cooperativas e 1.047.068 de cooperados (OCB, 2024).

COOPERATIVISMO, ODS E IGUALDADE DE GÊNERO

Para Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016) as mulheres são majoritárias nas iniciativas de economia solidária e se apresentam desde a produção artesanal ou agrícola, associações

comunitárias quanto em cooperativas, entretanto os trabalhos sobre a economia solidária apresentam pouco interesse em abordar questões de gênero ou as teorias feministas.

A igualdade de gênero representa um desafio para a maioria dos países do Mundo de forma abrangente. Há um *gap* evidente em todos os aspectos da vida:

O acesso à saúde, à educação, a participação na sociedade e, também, no local de trabalho, tanto na participação no emprego como no acesso aos órgãos e cargos de decisão, o que resulta numa distribuição desigual do trabalho e numa disparidade salarial demasiado evidente (Arando; Marcuello, p.5, 2024).

O movimento cooperativo se apresenta de forma diferente das demais formas de negócios pois os princípios cooperativos mobilizam alto grau de comprometimento da organização independente do gênero, de modo que fortalecem a promoção da igualdade (Martinez et al., 2011). No mesmo sentido, Esteban et al. (2018) reforçam o papel do cooperativismo na promoção de oportunidade para as mulheres rurais e como meio para impedir o despovoamento dos ambientes rurais.

Segundo Mozas (2019) o cooperativismo desde o início de sua constituição se caracteriza como um instrumento a serviço da sociedade. Do mesmo modo, a Aliança Cooperativa Internacional (2017) qualifica que desde as primeiras cooperativas fundadas, em 1844, na Inglaterra apresentavam em seus objetivos principais a produção de alimento de qualidade, e o reinvestimento dos excedentes gerados pela comercialização na própria comunidade. Assim, antes mesmo da institucionalização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas, as cooperativas contribuíam para o Desenvolvimento Sustentável. O protagonismo feminino nas cooperativas visa atender ao 5° ODS Igualdade de Gênero, (REDEODSBRASIL, 2024).

A abordagem da presença do trabalho feminino necessita antecipadamente reconhecer o conceito de trabalho feminino. Estudos demonstram que a economia doméstica apresenta protagonismo no século XVI e XVII no continente europeu em atividades vinculadas ao artesanato e à economia camponesa (Abreu; Sorj, 1993).

Conforme apresenta Gerin *et al.* (2021, p.39) estudos feministas desconstruíram a apresentação do conhecimento econômico dominante ao caracterizar sua natureza de gênero, hierarquia e normativa. Do mesmo modo demonstraram como o trabalho doméstico é de fato trabalho e sofre com a invisibilidade e a destituição do seu valor e utilidade social (Beneria, 1988; Combes e Devreux, 1992, Delphy, 1970; Esquivel, 2012).

A próxima seção apresenta um levantamento da configuração do trabalho feminino na agricultura familiar e no cooperativismo brasileiro

MULHERES NO COOPERATIVISMO E NA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2023), as mulheres representam 41% do total dos cooperados no país. Ao se observar quanto aos dirigentes, somente 22% dos cargos

decisórios são ocupados por mulheres. Porém entre os funcionários contratados, as mulheres são maioria nos Ramos Consumo (57%), Crédito (61%), Saúde (73%) e Trabalho, Produção de Bens e Serviços (56%), ou seja, apresentam maior número em quatro dos sete ramos do cooperativismo pesquisados.

Na Bahia e com base em informações atualizadas do Sistema OCB as cooperadas são 44% e as funcionárias contratadas representam 61% do total nas cooperativas registradas no estado. Entre as dirigentes com funções em conselhos fiscais e de administração e diretorias eleitas e executivas contratadas, as mulheres representam 28% do total (OCB, 2023).

Por outro lado, ao observar a COOPES, atualmente a cooperativa é composta por 180 cooperadas e cooperados, com 70% (126) mulheres e 30% (54) homens. A diretoria é composta por duas mulheres e a presidência por um homem. Quando comparado com o perfil de distribuição de gênero nas cooperativas de Segundo Grau das quais a COOPES faz parte, a avaliação do quadro de presidência e diretorias das cooperativas indica que a Central do Cerrado apresenta 55% de homens e 45% de mulheres, mas a Central da Caatinga apresenta 50% homens e 50% mulheres.

Conforme apresenta a Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal (SECOM, 2024), ações buscam a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[3] com o objetivo de garantir oportunidades para as mulheres rurais brasileiras. A proposta do programa visa dar suporte para comercialização da produção, fortalecer as organizações produtivas e a autonomia econômica. Assim, um ano após a sua recomposição, o PAA destinou R$ 1 bilhão para a aquisição de 163.675 toneladas de alimentos, provenientes de 81.707 agricultores e agricultoras familiares em todo o país.

Dentre as mudanças significativas, oportunizadas pela Lei n° 14.628/2023, foi a inclusão das mulheres entre os grupos prioritários, de modo a garantir a participação feminina mínima de 50% na execução do programa (estabelecida no Decreto n° 11.802/2023). A política implementada pelos dispositivos do PAA representa um compromisso na promoção da igualdade de gênero e no reconhecimento do protagonismo desempenhado por mulheres na agricultura familiar brasileira. Em 2023, das 81 mil produtoras e produtores familiares registrados no programa, 50.153 eram mulheres. Os cinco estados que apresentaram maior número de mulheres fornecedoras foram Bahia (6.812 mulheres), Maranhão (5.479 mulheres), Minas Gerais (4.106 mulheres) e Alagoas (3.376 mulheres) (SECOM, 2024).

Com relação ao Censo agropecuário 2017, o número de Mulheres e Idosos aumentam participação entre produtores. Foi observado que 81,3% dos produtores são do sexo masculino e 18,7% do sexo feminino. Há um incremento na participação das mulheres, pois no Censo Agropecuário de 2006 elas representavam 12,7% do total de produtores. (IBGE, 2017).

O censo agropecuário 2017 revelou algumas alterações entre o perfil observado com base no levantamento de 2006:

> No Censo Agropecuário de 2017, 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios e foram classificados como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo. Ocupavam uma área de 80,9 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Nos estabelecimentos classificados como de agricultura familiar o total de pessoas ocupadas em 30/09/2017 foi de 10,1 milhões de pessoas; 67% do total, nestes estabelecimentos a média de pessoas ocupadas era de 2,6.
>
> [...]Em contraponto com a queda no pessoal ocupado, o número de tratores em estabelecimentos agropecuários aumentou 49,9%, ou 409.189 unidades a mais em relação ao Censo Agropecuário de 2006, chegando a 1.229.907 unidades em 30 de setembro de 2017. A mão de obra contratada através da intermediação de terceiros, como empreiteiros, cooperativas de mão de obra e empresas, passou de 251.652 pessoas, em 2006, para 611.624 em 2017. Foi um crescimento de 143%.
>
> [...]Dentre as modalidades de contratação, a mais frequente foi a de contratação através de empreiteiros, com 497.247 estabelecimentos contratando mão de obra, dessa forma, ou 9,8% do total. Essa modalidade de contratação cresceu 108% em relação a 2006. (IBGE,2017)

A percepção do perfil da trabalhadora e trabalhador formal e informal no estado da Bahia e um recorte de gênero é apresentada na próxima seção.

O PERFIL DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR NO ESTADO DA BAHIA E A REALIDADE DE GÊNERO.

O trabalho no campo dialoga com o trabalho ofertado na cidade, assim como as dinâmicas não podem ser avaliadas isoladamente. Com base na Pesquisa síntese de Indicadores Sociais (SIS) realizada em 2022 e publicada em 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o rendimento mensal médio por um trabalhador na Bahia é de R$ 1.613, o menor do país. As trabalhadoras e trabalhadores informais recebem menos que a metade da renda dos formais no estado e quando se referencia as pessoas brancas, que atuam na formalidade, estas faturam três vezes mais que as negras que trabalham na informalidade. Na cidade de Salvador, a média do rendimento atinge o valor de R$ 5.686, para a trabalhadora branca e trabalhador branco, e de R$ 1.550, para trabalhadoras negras trabalhadores negros. Essa assimetria é de 266,8%, valor maior que a média nacional que apresenta 198,8%.

Os valores mensais obtidos sobem de R$ 1.613 para R$ 2.304 quando a trabalhadora e o trabalhador estão vinculados a um emprego formal, mas é reduzido para R$ 1.067 quando na informalidade. Assim, o que se observa no estado da Bahia é que a trabalhadora e o trabalhador ao atuar em uma atividade formal obtêm um faturamento 115,9% superior, se comparado a um trabalhador informal. Quando observadas as questões de gênero, a pesquisa apresenta que a diferença de rendimento entre um homem que trabalha em um emprego formal e uma mulher na informalidade alcança 155,4%, no estado da Bahia, e 169%, na cidade de Salvador (IBGE, 2022). O estado da Bahia apresentou crescimento da proporção de trabalhadoras e trabalhadores informais, entre 2021 e 2022, passando de 56,1% para 57,5% do total da população ocupada. Esse crescimento foi o maior observado no estado, desde

2013. Ao se avaliar a população ocupada, 57,9% dos homens e 57,1% das mulheres estavam na informalidade na Bahia em 2022. A proporção de informais assume maior relevância entre pretos e pardos (58,7%) do que entre brancos (51,9%) (IBGE, 2022).

A seguir será apresentada a metodologia aplicada na pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza exploratória, conforme apresenta Gil (2008) e Markoni e Lakatos (2011) e fundamental para iniciar estudos em áreas pouco exploradas, definir problemas e gerar hipóteses para pesquisas futuras. Do mesmo modo foi elaborada com revisão sistemática de literatura realizada no Portal de Periódicos da CAPES que apresenta a possibilidade de acesso a mais de 45 mil publicações periódicas internacionais e nacionais.

Para a pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, foi realizada a aplicação dos descritores: "Cooperativ*, "Economia and Social", Economia and Solidária", Feminismo", "Trabalho", "Gênero", "Agricultura and Familiar". Como filtros, foram selecionados apenas Artigos com acesso livre; revisados por pares; publicados a partir do ano de 2008 a 2024; nos idiomas português, inglês, espanhol. A seleção retornou 25 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados os artigos que apresentavam correlação com o problema de pesquisa proposto. A seleção de conteúdos sinaliza para a existência de lacuna nos estudos no Sul Global, em especial para a região do Semiárido Brasileiro, a região do Bioma Caatinga.

A análise da Cooperativa COOPES foi realizada por meio do estudo do projeto demonstrativo com preenchimento do formulário qualitativo de coleta de dados, instrumento desenvolvido por Sampaio (2019) e amplamente utilizado pelo grupo de pesquisa do Núcleo de Ecossocioeconomia (NEcos/UFPR).

A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA REGIÃO DO PIEMONTE DA DIAMANTINA – COOPES

Atualmente, o cooperativismo no Brasil é regulamentado pela Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que estabelece a exigência de um mínimo de 20 sócios para a criação de uma cooperativa de primeiro Grau. O movimento é formalmente representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no âmbito nacional e pela Organização Estadual de Cooperativas (OCE) em cada estado, promovendo a articulação e o desenvolvimento do setor cooperativista em todo o país.

A Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (COOPES) foi criada a partir do encontro de 30 mulheres que se uniram com o objetivo de potencializar a utilização do Licuri. O *gérmen* da cooperativa nasceu nas atividades desenvolvidas durante o Projeto Conviver (Projeto de Extensão da Escola Família Agrícola do Jaboticabal/Quixabeira, BA), por algumas moradoras que iniciaram pesquisas sobre o manejo e a produção do coco da palmeira Licuri (nome científico: *Syagrus coronata*), para fins de alimentação humana. A partir

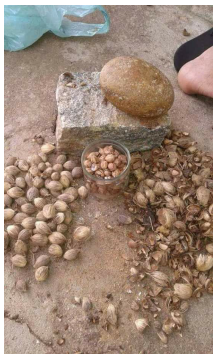
dos resultados obtidos em 2024, a experiência tomou protagonismo com o apoio do movimento *Slow Food* [4]Brasil seção da Bahia, que indicou a experiência para participar do evento Terra Madre[5], do *Slow Food* em Turim, Itália.

A COOPES foi fundada no dia 02 de maio de 2005, pelas produtoras e produtores da Agricultura Familiar com o objetivo de defender seus interesses econômicos e sociais e excluir o comércio intermediário. Antes da cooperativa o quilograma de licuri era pago pelo intermediário a R$1,00, hoje a cooperativa paga R$ 10,00 o quilo. No ano passado a cooperativa entregou ao mercado 6 toneladas do produto quebrado na pedra (ver Figura 02). A filiação na União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) permitiu para a cooperativa COOPES a ampliação da rede de contatos e intercâmbios com outras Cooperativas da Bahia e Brasil. Em outro movimento para fortalecimento da rede, estabeleceu parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento da Bahia (CONAB) em 2006, e com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) da Prefeitura de Capim Grosso (COOPES, 2024).

Figura 01- Coqueiro Licuri e Fruto

Fonte: COOPES, 2024.

Figura 02 – Quebra manual do Coco Licuri



Fonte: *Slow Food* Brasil, 2024.

O Licuri, típico representante do Bioma Caatinga (ver FIGURA 01), foi apresentado à comunidade internacional como alimento saudável, nutritivo, mas que em função do processo de corte dos coqueiros apresentava o risco de extinção (COOPES, 2024).

A palmeira do Licuri (*Syagrus coronata*) se faz presente em toda a região nordeste, sudeste e dependendo da região assume diferentes nomes pelas diferentes comunidades tradicionais, agroextrativistas e agricultores familiares. Ao menos 36 nomes populares são catalogados (Aroucha e Aroucha, 2013).

A árvore do Licuri produz até quatro cachos por ano com dimensões de 40 cm a 60 cm e fornecem em média 1.350 frutos. Os frutos de formato ovalado com 2 a 3 cm de comprimento e 1,5 cm de diâmetro. Os frutos verdes possuem sua polpa líquida e leitosa que se solidifica com o processo de amadurecimento formam a amêndoa (Beltrão e Oliveira, 2007; Drumond, 2007; Aroucha e Aroucha, 2003).

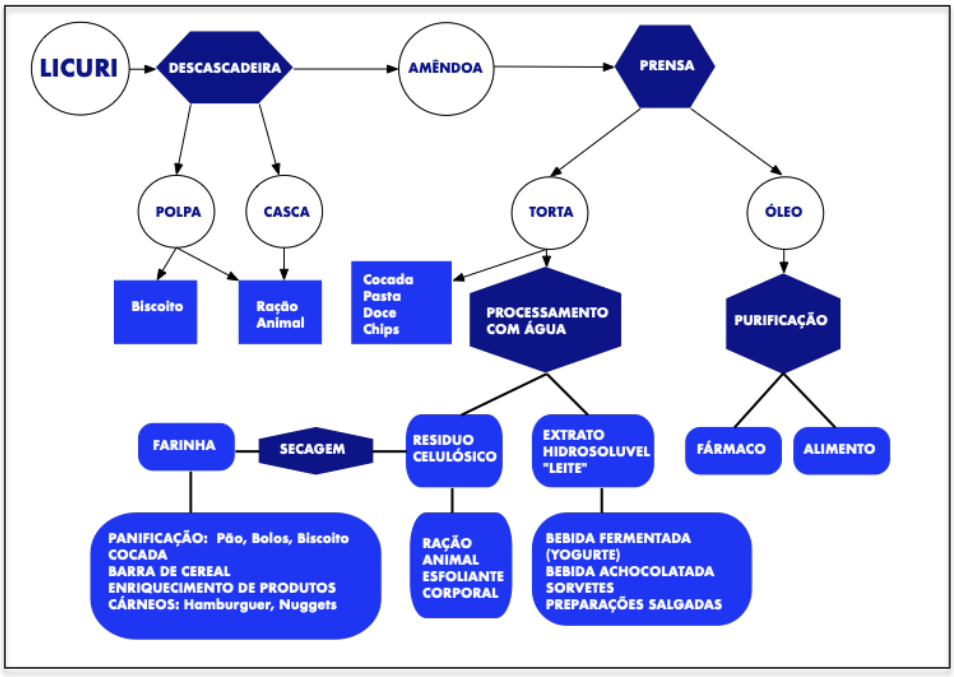
Do mesmo modo, a divulgação dos produtos e da cooperativa foi intensificado com a participação em Feiras, Exposições e reuniões sobre Cooperativismo. Todo esse esforço de

intercâmbio possibilitou à COOPES consolidar o alcance dos seus objetivos e se inserisse no mundo da Produção Familiar e Economia Solidária, do Mercado Justo e Solidário e da Produção Orgânica (Figura 2) (COOPES, 2024).

A partir de 2007, a COOPES intensificou a participação em Feiras e Rodadas de Negócios contando com o apoio acadêmico da UESB de Vitória da Conquista, que desenvolveu pesquisa sobre os valores nutricionais do licuri. O reconhecimento científico obtido, contribuiu para que o LICURI fosse inscrito na Arca do Gosto[6] da Associação *Sloow Food* / Itália / Brasil. Assim, com o objetivo de resgatar a cultura regional, preservar os licurizeiros e divulgar a proposta de Lei municipal e Estadual de preservação do coqueiro Licuri a Cooperativa empreendeu esforços para realização das FESTAS DO LICURI na região (COOPES, 2024). Como palmeira, o licurizeiro possui importância para a biodiversidade contribuindo para a alimentação de diversas espécies de aves (araras, maracanãs, papagaios e periquitos0 e diversos mamíferos roedores silvestres (cotias, mocós, preás, punarés, rabudos) que buscam os seus frutos (Aroucha e Aroucha, 2003).

Quanto aos usos, a palmeira permite aos moradores do Semiárido o aproveitamento pleno: as suas folhas podem ser usadas na cobertura de edificações; no artesanato para a produção de chapéus, bolsas, esteiras, abanadores, vassouras e espanadores (Aroucha e Aroucha, 2003). A cadeia do produto, conforme Figura 3, permite o aproveitamento de 100% do fruto e envolve como resultado a obtenção de produtos alimentícios para humanos e animais, substâncias base de produtos para estética e fármacos (COOPES, 2024).

Figura 3: Cadeia de beneficiamento do Coco Licuri



Fonte: COOPES, 2024.

Os municípios de Mairi, Capim Grosso e Quixabeira aprovaram a Lei. Específica de proteção do coqueiro. Em fevereiro de 2011, com o apoio da COOPES, o *Slow Food* Brasil a

oficializou a instalação de um *Convívium*[7] do Licuri em Capim Grosso. Em 2014, o Licuri passou a fazer parte do catálogo de Produtos da FORTALEZA[8] do *Slow Food* Brasil. Em 2015, de modo a complementar o sistema de proteção da palmeira, foi criada a FORTALEZA da Madaçaia, com objetivo de incentivar a criação das abelhas nativas do Brasil e garantir a polinização das flores da palmeira (COOPES, 2024).

Com o apoio do Projeto Adapta Sertão (Governo Estadual da Bahia), os cooperados realizaram capacitações e a cooperativa adquiriu máquinas quebradeiras de licuri, despolpadeira, despeladeira e de extração de óleo, com objetivo reduzir o impacto do trabalho manual e propiciar o incremento e a melhoria da produção. A COOPES, participa da rede integrada de comercialização, apoiada por duas cooperativas de segundo grau: A central do Cerrado e a Central da Caatinga, que garantem apoio à cadeia de comercialização ao disponibilizarem portais de venda na web que propiciam a oferta e aquisição pelos consumidores nas modalidades do varejo e atacado de para todo território nacional (COOPES, 2024).

A sede da cooperativa fica no município de Capim Grosso, localizado a 293 km de Salvador, e sua população é de 35.228 habitantes das quais 4.608 desses habitantes são pessoas economicamente ativas, sendo o terceiro maior município da microrregião da Jacobina (IBGE, 2024).

A seguir será apresentada os Resultados e discussões das informações com base na pesquisa e no referencial teórico identificado nos artigos e textos tomados como referência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao compararmos os dados estatísticos levantados para o estado da Bahia e da Cidade de Salvador, fica evidente que indiferente da época, a realidade atual vivida se apresenta muito próxima da apresentada por Polanyi. A identificação de que a(o)s trabalhadora(e)s recebem os menores salários e a precarização do trabalho, a informalidade, sustenta os pontos levantados por Polanyi (2021). Isto sem contar que a precarização também é reforçada quando se observa aspectos de raça e gênero. O contingente de desempregados e sua expansão coincide com as alterações das políticas econômicas e demais medidas de flexibilização do trabalho observadas após 2018, pelo Governo Federal (Macedo e Porto, 2021).

A observação do Censo Agropecuário de 2017 revela aspectos que merecem destaque, na medida que há um crescimento do número de mulheres que assumem o protagonismo das propriedades familiares. O número ainda é distante da proporção masculina, porém é uma realidade que deve ser acompanhada com pesquisas específicas. O atual Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2024), apresenta 27 políticas e programas que orientam o desenvolvimento da agricultura familiar no País das quais foi possível identificar 15 com convergência e prioridade para as agricultoras: 1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); 2. Programa mais alimentos;

3. Coopera mais Brasil; 4. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); 5. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); 6. Programa ECOFORTE; 7. Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; 8. Quintais Produtivos; 9. Programa de agricultura urbana e periurbana; 10. Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB); 11. Programa nacional de cidadania e bem viver para mulheres rurais; 12. Selo nacional da agricultura familiar; 13. Plano Safra da Agricultura Familiar; 14. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 15. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

O conjunto de medidas propostas buscam retomar o fortalecimento da agricultura familiar diante da comparação entre os censos agropecuários de 2006 e 2017 de que ocorreu maior concentração das terras e substituição de mão de obra pela mecanização. Este fenômeno sinaliza a expansão do "agronegócio" e a manifestação do capital como forma de concentração, fenômeno também observado por Polanyi (2021) na Inglaterra do sec. XIX.

Deste modo, o processo pelo qual o campesinato busca sua manutenção e o processo de construção da cooperativa COOPES e sua relação com o cooperativismo feminino revela-se como uma prática significativa de transformação das dinâmicas socioeconômicas e ambientais da região do Piemonte da Diamantina, na Bahia. A participação majoritária de mulheres, 70% do total de cooperados, é um elemento central na governança e na produção, diferenciando-se do padrão observado em cooperativas mistas ou predominantemente masculinas. Esta predominância feminina nas atividades da cooperativa permite identificar uma nova estrutura de divisão do trabalho, em que a participação das mulheres em cargos de liderança e processos decisórios desafia as normativas tradicionais de gênero no contexto rural. Do mesmo modo, a cooperativa garante a equidade financeira, pois as cooperadas recebem igualmente os valores repassados aos demais cooperados.

A análise da literatura revela que o envolvimento das mulheres nas cooperativas não apenas promove maior equidade de gênero, mas também favorece práticas produtivas mais inclusivas e sustentáveis (Hillenkamp et al., 2019). No caso da COOPES, essa equidade se manifesta na gestão democrática e no compromisso com a preservação ambiental, através da cadeia produtiva do coco licuri. Este modelo produtivo destaca-se pela utilização integral dos recursos e pela criação de valor agregado, promovendo o desenvolvimento local e a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação do bioma Caatinga.

O cooperativismo, ao contrário do modelo capitalista que prioriza a maximização dos lucros, segue os princípios da Economia Solidária, colocando as pessoas e a justiça social no centro de suas operações. No caso da COOPES, a redistribuição justa dos lucros, com um aumento significativo no preço pago pelo quilo do Licuri, é um exemplo de como essa estrutura promove a valorização do trabalho e da produção das mulheres agroextrativistas. A cooperação como ferramenta para mitigar as assimetrias na cadeia de valor agroalimentar também reforça a resiliência econômica dessas comunidades (Bijman et al., 2012). Além disso, a integração da COOPES em redes maiores, como a Central da Caatinga e Central do

Cerrado, a participação em iniciativas globais, como o *Slow Food*, fortalece sua visibilidade e amplia o acesso a mercados, o que é essencial para a sobrevivência e expansão das cooperativas agroextrativistas. Essa articulação possibilita a construção de parcerias estratégicas que aumentam a eficiência produtiva, a viabilidade econômica e a promoção de práticas de manejo sustentável. Por meio dessas ações, a COOPES contribui para a dinamização do território, promovendo o desenvolvimento local com inclusão social e sustentabilidade ambiental. Há procura pelas empresas e instituições internacionais, interessadas na obtenção dos princípios ativos presentes no Licuri e que apresentam potencial na área da estética e farmacológica. O possível impacto econômico para toda a região e o estado da Bahia, a partir da exploração dos princípios ativos do Licuri, é uma das estratégias priorizadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Há, entretanto, questões sugeridas que merecem trabalhos futuros de pesquisa que permitam identificar possíveis desdobramentos além dos aspectos identificados, para elucidar como os casos de protagonismo feminino nas cooperativas se apresenta: há alguma característica cultural ou vinculada à atividade produtiva que estimule ou facilite a igualdade de gênero? Nos casos do protagonismo feminino nas atividades, qual o papel masculino, se é que ele existe ou ele é ausente? No caso da mecanização de atividades extrativistas manuais, como se comporta o processo coletivo de relacionamento entre os participantes nas comunidades? A cantiga de abertura remete a um processo de vivência e construção coletiva que vai além da prática mercantil, e deste modo fica a pergunta: com a adoção sistemática de maquinários, como esses espaços de troca das mulheres ficarão com o isolamento da atividade e a ação puramente comercial de buscar a alta produtividade?

CONCLUSÃO

Ao retomar a pergunta de pesquisa proposta: "De que maneira a predominância feminina em cooperativas agroextrativistas, na qual 70% dos cooperados são mulheres, impacta o território por meio dos processos de tomada de decisão, divisão do trabalho e resultados obtidos?", as conclusões identificadas permitem concluir:

A liderança feminina na COOPES representa um modelo de transformação social no campo, onde o trabalho cooperativo se alinha aos ODSs, à justiça social e à sustentabilidade. Com relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o alcance da Agenda Mundial até 2030, destaca-se o trabalho da Cooperativa com a relevância aos ODS: 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, 03 - Saúde e bem-estar, 05- Igualdade de Gênero, 08 - Trabalho decente e crescimento econômico, 10 - Redução das desigualdades, 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, 12 - Consumo e produção responsáveis e 17 - Parcerias e meios de implementação (Nações Unidas, 2024).

A experiência da COOPES no beneficiamento do coco Licuri revela a potencialidade das cooperativas em promover e impactar o território ecossocieconomicamente, promover a equidade de gênero, e contribuir para o desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que tange à igualdade de gênero e à segurança alimentar.

Entretanto, conforme observado, cooperativas como a COOPES com protagonismo feminino são um exemplo a ser seguido, pois a realidade feminina nas cooperativas ainda é preponderante em funções secundárias. A invisibilidade e a existência de poucos trabalhos de pesquisa sinalizam para um gap de pesquisa que deve ser preenchido com trabalhos futuros.

Assim, o trecho da cantiga, entoada pelas quebradeiras no início do texto, externaliza a vivência das mulheres com o seu território e descreve aspectos que ultrapassam o processo de beneficiamento, permeia o encontro, as trocas, vivências que podem ser suprimidas pelo meio de produção do capital. A esse respeito uma produtora rural de outro coletivo, vinculado ao coco babaçu se manifesta: O nosso primeiro movimento "tal como o babaçu", exigiu "romper as cascas em que as mulheres estavam confinadas "para despertarem para busca da autonomia, preservação do meio ambiente e acesso aos direitos (MIQCB, 2024).

REFERÊNCIAS

ARANDO, S. ELIO; E.; MARCUELLO, C.; SERVÓS, C. M. Uma mirada feminista a la Economía Social y Solidária: Espacios de encuentro entre EES y Economia Feminista., **Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa**, CIRIEC- Espanha, n.110, 45-64. 2024.

ARANDO, S. ELIO; E.; MARCUELLO, C. Introduction to the monograph 'gender and social economy'.Gender and Social Economy, **Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa,** CIRIEC- Espanha, n.111, p.5-10. 2024.

AROUCHA, E.P.T.L.; AROUCHA, M. L. **Boas Práticas de manejo para o extrativismo Sustentável do Licuri**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2013.

BELTRÃO, N.E.M.; OLIVEIRA, M.I.P. **Oleaginosas Potenciais do Nordeste para a Produção de Biodisel**. Campina Grande: Embrapa, 2007.

BENERÍA, L.. Karl Polanyi, la Construcción del Mercado Global y la "Diferencia de Género". In **Mientras Tanto**, Vol. 71, 1998, p. 81-101.

BENGOA, C.C. **Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política**. Madrid: La Oveja Roja, 2014.

BIJMAN, J.; BIJMAN, W.J.J.; HANISCH, M. **Support for farmers' cooperatives**: **developing a typology of cooperatives and producer organisations in the EU**.Wageningen UR. 2012.

BORONAT-PONT, V.; BOTTINI, A.; CASCARDO, M.F; FOURNIER, M.; LAZARINI, V.M; SCIARRETTA, V. Argentina puentes entre economía social y economía feminista. Una mirada desde la red universitaria de economía social y solidaria de argentina. *In*: **Economía social y**

solidaria y género. Una mirada desde Iberoamérica. (Org.). BOUCHARD, M.J.; SERVÓS, C. M.; RODRÍGUEZ, J. F. Espanha: CIRIEC, 2024.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e da outras providencias**. Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1971.

CEP CMAP. **Déclaration finale commune des organisations européennes de l' Économie Sociale**. CEP-CMAF, 20 June. 2002.

COSTA, M. A. G. O feminismo é revolução no mundo: outras performances para transitar corpos não hegemônicos. **Interritorios**, Recife, v. 4, n. 6, p. 187-193, 2018.

DA ROS, G. S. **Economía solidaria: Aspectos teóricos y experiencias**. Unircoop, 5(1), pp. 9-27. 2007.

DRUMOND, M.A. **Licuri *Syagrus coronate (Mart) Becc***. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2007.

ENRÍQUEZ, C.R. Economía feminista y economía del cuidado. **Nueva Sociedad** n. 256, 2015.

ESTEBAN, M.L., PÉREZ, F.J.; GARGALLO, A. Áreas rurales y cooperativas: iniciativas de mujeres para el desarrollo, **REVESCO, Revista de Estudios Cooperativos,** n.127, p. 116-138. 2018.

GARCÍA-MARTÍ, E.; HERNÁNDEZ-ORTIZ, M.J.; RUIZ-JIMÉNEZ, M. C.; PEDROSA-ORTEGA, C.; MARTÍNEZ-JIMÉNEZ, R.. Female leadership on boards andcorporate response to sustainability initiatives: An exploratory case in agri-food cooperatives, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, CIRIEC España, n.111, p. 227-259. 2024. Disponível em: https://www.doi.org/10.7203/CIRIEC-E.111.27572. Acesso em: 05 set 2024.

GÉRIN, I.; HILLENKAMP, I.; VERSCHUUR, C. Solidarity economy under a feminist lens: Acritical and possibilist analisys. In: **Social Reproduction, Solidarity Economy, Feminisms**, Springer, 45-67. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HILLENKAMP, I. Reproducción social y solidaridad: un nuevo debate es necesario. **Umbrales**, v. 35, p. 27-36, dez. 2019.

GODDARD, E. Attitudes Towards and Satisfaction with Cooperatives in Alberta: A Survey Analysis. In: **Selected Paper prepared for presentation at the American Agricultural Economics Association Annual Meeting**. 2005.

HILLENKAMP, I.; GUÉRIN, I.; VERSCHUUR, C. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Debates feministas**, 3: 1-34. 2016.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais.** 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html. Acesso em: 10 set 2024.

MACEDO, F. C. de; PORTO, L. R.. **Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018)**: apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (Texto para discussão, 2652). Brasília; Rio de Janeiro: / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** Atlas, 2011.

MARCUELLO, C.; NACHAR, P. La sociedad cooperativa: motivación y coordinación. Un análisis desde las teorías económicas de la empresa y la economía social. **REVESCO, Revista de Estudios Cooperativos**, 110, p.192-222. 2013:

MARTÍNEZ, I.M., ARCAS, N.; GARCÍA, M. La influencia del género sobre la responsabilidad social empresarial en las entidades de economía social", **REVESCO, Revista de Estudios Cooperativos**, v.105. p. 143-172, 2011.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Conheça as políticas e programas do MDA**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda. Consulta em: 3 set 2024.

MILL, J. S. On the Definition of Political Economy, and on the Method of Investigation Proper to It. London and Westminster Review. In: **Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy** (2nd ed.). London: Longmans, Green, Reader & Dyer.1836.

MIQCB. **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. Disponível em: https://www.miqcb.org/. Consulta em: 3 set 2024.

MONTEGUT, Y.; COLOM, A.; PLANA-FARRAN, M.. Las Cooperativas Agrarias Centenarias en Catalunya: Características y contribución a los ODS. **, Revista de economía pública, social y cooperativa**, **CIRIEC. España.** p. 129-161. 2024.

MONZÓN, J. L., CHAVES, R. La economía social en la Unión Europea. Bruselas: Comité Económico y Social. Nieto Masot, A., Gurría Gascón, J. L. (2010). El modelo rural y el impacto de los programas LEADER y PRODER en Extremadura (propuesta metodológica). En: Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, XIV(340). 2012.

MOZAS, A.. **Contribución de las Cooperativas Agrarias al Cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible.** Especial Referência al Sector Oleícola, CIRIEC- Espanha Editorial, Valência, 2019.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília, OCB.1996.

OCB. Sistema OCB **Anuário Coop 2022**. Sistema OCB. Disponível em: https://www.anuario.coop.br/. Acesso em: 09 set 2024.

OCB. Sistema OCB **Anuário Coop 2023**. Sistema OCB. Disponível em: https://www.anuario.coop.br/. Acesso em: 09 set 2024.

OCB. Sistema OCB **Anuário Coop 2024**. Sistema OCB. Disponível em: https://www.anuario.coop.br/. Acesso em: 09 set 2024.

ONU- Organização das Nações Unidas. **Conheça a Agenda 2030**. 2024.

OROZCO, A. P..**Subversión feminista de la economía**. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid:Traficantes de sueños, 2014.

OSTROM, E. **A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action Presidential Address**, **American political Science Association 1997**, Public administration issues, Higher School of Economics, issue 1, p. 5-52, 2010.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

SECOM- Secretaria de Comunicação Social. **Programa de Aquisição de Alimentos: mulheres são maioria na produção e na inclusão alimentar.** Disponível em : https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/programa-de-aquisicao-de-alimentos-mulheres-sao-maioria-na-producao-e-na-inclusao-alimentar. Acesso em: 09 set 2024.

SEN, A. K. **On Ethics and Economics**. Blackwell, Oxford, 1987.

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista uniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E.. The future of farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies, **Journal of Rural Studies**, 47, 117-140.2016.

UNIVASF. Universidade Federal do Vale do São Francisco. **III Simpósio da Cadeia Produtiva do Licuri.** 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7sCeVC8wESQ. Acesso em: jun 2024.

[1] Cantiga entoada pelas quebradeiras de Coco Licuri (UNIVASF, 2023).

[2] *Homo economicus* refere-se a uma representação do indivíduo na teoria econômica clássica como um agente racional que toma decisões estritamente com base em maximização de utilidade e interesse próprio, desconsiderando influências emocionais, sociais ou morais. Segundo Mill (1836), o *homo economicus* "sempre busca a maximização de seu bem-estar, guiado por uma racionalidade instrumental". Tal modelo é criticado por autores contemporâneos que destacam sua inadequação ao ignorar a "demasiadamente restritivo para capturar a diversidade de comportamentos econômicos em diferentes contextos socioculturais" (1987, p. 27).

[3] Programa de Aquisição de Alimentos -PAA é uma iniciativa que promove o acesso à alimentação e incentiva a agricultura familiar. Através do programa, o Governo compra alimentos diretamente dos agricultores familiares e destinam esses produtos a pessoas em situação de insegurança alimentar. Além de promover a inclusão dessas famílias de agricultores, o PAA contribui para a segurança alimentar e nutricional da população mais necessitada (SECOM, 2024).

[4] *Slow Food* é um movimento global de grupos locais e ativistas unidos pelo objetivo comum de garantir que todos tenham acesso a alimentos bons, limpos e justos. Fundado na Itália em 1986, agora estamos ativos em mais de 160 países (Slow Food, 2024).

[5] Terra Madre é um evento global organizado pelo movimento *Slow Food* que reúne produtores, cozinheiros, ativistas e entusiastas da alimentação para celebrar e promover a diversidade alimentar, a cultura gastronômica e a produção de alimentos de qualidade (Slow Food, 2024).

[6] Arca do Gosto é um projeto de amplitude global do movimento *Slow Food* com o objetivo de identificar, catalogar e proteger alimentos tradicionais e em risco de extinção (Slow Food, 2024).

[7] *Convivium*, é uma comunidade local do movimento *Slow Food* formada por pessoas que compartilham valores e interesses em torno da alimentação, cultura e sustentabilidade (Slow Food, 2024).

[8] FORTALEZA é um projeto desenvolvido pelo movimento *Slow Food* com o objetivo de proteger o modo de produção e alimentos em risco de extinção (Slow Food, 2024).